



---

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, profissões e organizações

---

Colusão e conflito no chão da fábrica. Reportórios de acção, fronteiras de deferência e efeitos de lugar perspectivados a partir da observação participante

---

MONTEIRO, Bruno

Licenciado em Sociologia

Universidade do Porto

bmonteiro@fpce.up.pt

---

### Resumo

Esta comunicação debruça-se sobre os modos como as relações de força que estruturam o espaço social da fábrica moldam e são moldadas pelas diferentes estratégias postas em prática no quotidiano fabril. Servindo-se do material etnográfico das 14 semanas em que trabalhou numa fábrica de mobiliário e em entrevistas registadas junto de diversos operários, o autor analisa, especialmente, os diversos reportórios de acção colectiva e individual mobilizados pelos operários.

Ao idioma oficial de denúncia da exploração, somam-se táticas de reapropriação, de afrontamento e de distanciamento, no fundamental pontuais e clandestinas, que visam a preservação de margens de liberdade no quadro do próprio processo de trabalho. Por sua vez, as fronteiras de deferência são sustentadas por um vocabulário de motivos e por um sentido de si mesmo que resultam dos efeitos de lugar operados pela objectividade das relações sociais de e na produção. A adesão tácita à ordem da fábrica apoia-se na coincidência relativa entre os esquemas de acção e de visão incorporados pelos agentes e uma realidade social que apresenta todas as evidências da irrefutabilidade e do tido por garantido.

Palavras-chave: Etnografia; operários; conflito; colusão; sentido de si.





Durante 14 semanas, trabalhei como «moço» numa fábrica de mobiliário de Rebordosa. Comecei por «botar a mão» e «sujeitar-me ao que aparecesse». É apoiando-me nas páginas dos diários de campo e nas entrevistas aprofundadas que conduzi a diversos operários e encarregados da indústria do mobiliário que procuro compreender e explicar a espessura quotidiana da fábrica enquanto «cronotopo» estruturante, mas não exclusivo, da condição operária. Aí, «o tempo adquire um carácter sensualmente concreto; no cronotopo, os acontecimentos (...) ganham corpo, revestem-se de carne, enchem-se de sangue» (Bakhtine 2001: 391). O presente artigo centra-se, em particular, nas estratégias de afrontamento, denúncia e subversão simbólica e material da exploração e dominação, nos processos de geração de consenso, e na adesão insensível a uma «tese do mundo» que decorre da imersão durável e apodíctica na realidade dóxica da fábrica.

## **1. Orgulho e vergonha. Solidariedade, virtudes e sentido dos limites entre os operários do mobiliário**

A invocação da experiência fabril surge no discurso operário acompanhada de associações com a «prisão». A investigação dos «campos de dominação» visa captar a «orientação da pressão» recíproca exercida pelos diferentes agentes ou grupos de agentes que os constituem e as «modalidades e a intensidade da sua dependência relativa», decorrentes de «potenciais de acção» desiguais (Elias 1987: 93). Esta autonomia relativa conduz a reconhecer que «se o campo englobante afecta a sua estrutura, esse campo englobado, enquanto relação de força e espaço de jogo específico, define os termos e os próprios riscos da luta, conferindo-lhes uma fisionomia singular» (Bourdieu 2001a: 231). O local de trabalho sintetiza, no imediato, as contradições estruturais inscritas no processo de «produção e reprodução do conjunto de relações» sociais especificamente capitalistas (Marx 1971: 72, 257). Embora as relações de poder da fábrica atravessem o processo de trabalho, aspectos estruturantes do quotidiano fabril como a cadência produtiva e os dispositivos de dominação e subordinação devem ser inseridos no contexto em que se realiza a sua actualização. As relações de exploração capitalista articulam-se com «relações na produção» sustentadas na experiência quotidiana e relacional entre operários, eventualmente diferenciados internamente, e com outros grupos sociais (Burawoy 1985: 254). As condições e condicionamentos objectivos do quotidiano fabril favorecem a articulação grupal de interesses. O grupo operário constitui-se como «colectividade complexa» feita de indivíduos, «ao mesmo tempo próximos e diferentes, submetidos a uma violência comum mas capazes de inventar múltiplas exibições, mediante um esforço colectivo» (Pialoux 1984: 57). As «atitudes colectivas de desafio silencioso, de insubmissão aberta, de protecção larvar» apoiam-se nesse «reconhecimento recíproco» e na «afinidade ética fundada numa história comum e numa comunidade de destino» (Pialoux 1985: 111).

A manutenção e a prescrição de distanciamento em relação às chefias, ainda que frequentemente de forma ritual, actuam como factores de enunciação e de consolidação de um lugar autónomo e contrastante no espaço fabril. Transgredir certos limites na convivência com o patrão é conspurcarmo-nos e ser «graxista», «escova», «conas», «merdas», «lambe-cus», «vendido», «puta», «borrado». A multiplicidade de epítetos para quem desde logo se supõe «andar a queimar o pessoal» revela uma intransigência na conservação de um espaço individual e colectivo de autonomia e de inversão da coacção, de que dependem a capacidade de resistência às ordens e pressões das chefias e a formulação de táticas de (re)apropriação material e simbólica do espaço, do tempo e da definição tida por autêntica do trabalho. No dia seguinte a uma «reunião» no chão da fábrica com o gerente, em que só dois marceneiros se queixam do valor a que têm sido pagas as peças e os restantes se remetem ao silêncio, um dos que «parece que andam a incendiar o pessoal» não deixa de «atirar à cara» dos outros a acusação de serem «uma cambada de cobardolas», de «cachopos». «Passar-lhes uma puta», uma reprimenda, ou «dá-los ao desprezo» ou «ao abandono», isolando-os do convívio entre pares e fazendo pesar sobre eles a «desconfiança» e a suspeição, destina-se a asseverar aos que «dão muita confiança aos patrões» ou «andam a queimar os colegas» o «perigo» da não observância dos «actos de evitamento» (Douglas 1996: 196) pelos «colegas da «arte» e da «nossa



categoria» perante «quem manda». As «noções de poluição destinam-se precisamente a assegurar que cada um desempenha o seu papel» e, funcionando como «rede de segurança» (Idem: 166, 161), a restabelecer a constância do mundo tal como o conhecemos.

A existência de um «código ético disciplinado» (Montgomery 1985: 23) próprio do grupo operário é simultaneamente o resultado e a condição que sustenta a sua autonomia (relativa) no chão da fábrica. As formas protectoras de tal autonomia desdobram-se. A manutenção de um ritmo de trabalho «certinho» e «sem consumições», mas razoável aos olhos das chefias directas, e que além de «justo» («não me pagam para me matar», «não sou inocente para andar a correr») é ainda indispensável para que «a obra saia bem feita», «como deve ser», e não «às três pancadas». Para esse efeito conta-se com a superioridade técnica e ética dos seus conhecimentos («há gajos que fazem isto de qualquer maneira», «se passar pelas minhas mãos, sai um brinquinho», «quer fazer tudo a correr e só faz merda») para garantir a manutenção de um certo «lanço» no trabalho, para frustrar as tentativas patronais de extrair uma maior produção e para inibir a tentativa de incrementar a produção em busca de regalias pessoais. A manutenção de uma relação «respeitosa» com o patrão que sustente a dignidade pessoal, num misto de «igualitarismo desafiante» e de «supremacia patriarcal dos homens» (Idem: 26), contribui ainda para fortalecer as razões que suportam ou inibem o investimento no trabalho. Por fim, a prática de uma ética de solidariedade que redunde na emergência e na manutenção de um «nós», de um «estamos todos no mesmo saco», que se prestava a favorecer um processo de integração grupal.

A «lógica da arte» realiza uma «autovalorização» e «auto-justificação» do trabalho do operário (Lopes 1976: 98, 140), reconstituindo em termos de «responsabilidade», «respeito» e «orgulho» as exigências das condições objectivas do quotidiano fabril, e enfatizando o «gosto» e as propriedades redentoras de sacrifício no trabalho. A «paixão pela arte» é uma característica distintiva do «artista». A «reinterpretação criativa» e «diferencial» dos operários, de acordo com a inserção específica na organização da produção e a «visão posicional» correlativa a essa situação, das categorias e práticas impostas no trabalho fabril lança os fundamentos de formas mais ou menos defensivas e elípticas de oposição e de um «efeito de desilusão» capaz de operar parcialmente uma «ilegitimação da ordem social» vigente (Idem: 213-214). O *ethos* de sacrifício e abnegação no trabalho («não preciso que ninguém me mande», «sei muito bem o que tenho que fazer», «trabalhar para a frente para ser alguém na vida», «neste trabalho não se tem mãos de doutor»), a meritocracia artística (o «gosto», o «jeito», a «pranta» e a «fama» que contribuem para fazer o «artista» e sua notoriedade) e a eufemização da exploração, fazendo da fábrica uma escola de virtudes permitindo «ser alguém na vida», «aprender a arte», «aprender a ser um homem», «ganhar corpo» e dinheiro, encontram-se disseminados pelo quotidiano fabril e pelos discursos operários. Negativamente, pressentimo-los nessa forma de resignação, porventura mais dolorosa, do «nem todos podem ser doutores», «temos de nos sujeitar», «a necessidade obriga e eu fui [trabalhar]». Ou nas fronteiras de deferência que se estabelecem na forma de «respeito» devido ao patrão e de «vergonha», que actuam como barreiras à articulação de exigências. O fundamento desta situação deve ser procurado nessa «cumplicidade ontológica» entre a «história incorporada» e a «história objectivada» que contribui para a fazer, que funda «a relação dóxica com o mundo natal, essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura, [que] é uma relação de pertença e posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história» (Bourdieu 1989: 83). A concordância entre a vocação subjectiva e a missão objectiva ajuda a explicar o «gosto» de se fazer aquilo para que se foi feito e que tem que ser feito; de cumprir aquilo para que se nasceu («isto nasce com a gente»), rentabilizando esse «jeito» que oscila entre o dom e a maldição; de expressar uma «paixão» ou uma «motivação» ingénita na linguagem do chamamento e do dom («isso vem das pessoas», «sempre tive muita habilidade»).

A relutância em «armar barulhos» passa pelo grupo funcionar, quase em exclusivo, defensivamente, acantonando-se numa espécie de inércia tácita («vou-me deixando estar», «fico no meu canto», «é bom sair de bem das fábricas, sem conflitos»). Este agudo «sentido do próprio lugar» traça também os limites do possível e sublima sentimentos de impotência («não abusar da sorte», «isto não é p'ra gente da nossa categoria», «temos que aguentar», «saber manter as distâncias»). Renitência ao conflito que é todavia



táctica, auxiliada pela avaliação realista do equilíbrio de forças, altamente desfavorável ao grupo operário, e pelas dificuldades em articular e coordenar uma acção conjunta. Não existe incompatibilidade entre um orgulho dramatizado e ostensivo - «não gosto que ninguém me calque», «se me aborcerem muito, mando tudo cucaralho» - e a reprovação de quem «tá sempre ca crista levantada». As tácticas contestatárias do grupo operário decorrem sob a ameaça permanente da inconsequência. Aqui, qualquer iniciativa «sai-nos da pele» - e «onde elas caem, não nasce cabelo». A miopia relativamente a formas larvares de expressão operária resulta de se ignorar que práticas de resistência e reapropriação efectivamente efémeras e frágeis na sua generalidade não são nem por isso gratuitas; a gama de consequências vai desde a perda do emprego e o «corte» no salário (por via das «multas» aplicadas discricionariamente pelas chefias), à repreensão dos colegas por «abusar da sorte», passando pelo prejuízo na promoção e o desfavorecimento das chefias (quando se «anda pegado» ou «às turras» com o encarregado é «para não se andar bem» e «para nos chatearmos», «para nunca mais olhar direito para ele»). O evitamento é a tentativa de minimizar o desgaste que a fricção conflituosa com o patrão provoca, correspondendo a um realismo desencantado («há coisas que se podem pensar mas não se podem dizer», «isto é uma fábrica de pretos», «é triste ser pobre, se não mandava-o foder»). O custo de oportunidade para o operário e os efeitos líquidos da ausência ao trabalho dependem da conjuntura empresarial e da correlação de forças: só funcionará como arma de pressão em circunstâncias de grande «aperto» (uma grande encomenda, um prazo de entrega curto, uma redução na mão-de-obra), quando a reivindicação tem mais probabilidade de sucesso. De contrário, pode reverter em desfavor do protagonista, com um «corte» no salário e o desprezo dos colegas («é um manga, tá sempre a faltar», «também não faz pela vida», «quer tudo e não faz nada»). «Espetar a faca» exige uma altura apropriada. Uma outra forma de boicotar o trabalho é o de «meter baixa» em circunstâncias consideradas dolosas para a firma.

A incorporação insensível das estruturas da ordem social, operada pela reiteração de situações sociais ao longo do quotidiano laboral e da trajectória biográfica, e a similitude de vivências objectivas operárias na fábrica promovem a emergência de um «sistema solidário de crenças colectivas e de práticas rituais», de um «cosmos social, moral e sensual» específico da existência fabril (Wacquant 1998: 338, 328). A «ética ocupacional» assim incorporada consiste num «conjunto integrado de regras, receitas e rotinas prescritivas e proscritivas» (Idem: 340) sobre o que é bom ou mau, permitido ou desaprovado, louvável ou reprovável. Além de uma economia da moral, há uma moralidade da economia em que a aprovação ou reprovação do patrão e dos colegas é pessoalizada. A pertinência das condenações dos «abusos» resulta do contraste com os deveres de reciprocidade que é suposto serem cumpridos pelos patrões e justifica a associação de uma força moral às qualidades de quem «não se deixa calcar» e contesta «faltas de respeito». Reprova-se a «falta de palavra» no cumprimento de promessas, a ausência de «uma graça» ou de um «favor» por ocasião dos momentos em que se impõe a oportunidade de um contra-dom, a frustração de expectativas tidas como evidentes quanto à «consideração» devida no tratamento pessoal e na atribuição de pequenos privilégios que todavia ratificam o «valor» do trabalhador (como o respeito da autonomia na condução do trabalho).

A ideia de «crença» equivale, originariamente, a «acto de confiança que implicando restituição» ou a «confiar uma coisa com a certeza de a recuperar» (Benveniste 1969: 171). Acreditar é creditar, conceder provisória e condicionalmente crédito. O envolvimento, a devoção, «seja por palavras, por promessas ou por dinheiro» (Idem: 177), implica sempre a ideia de restituição de um apoio recebido no meio de um conflito, uma dificuldade, uma privação. Quando, «para desenrascar» o encarregado, se trabalha «fora de horas», espera-se que ele «saiba ver isso» e que se «lembre» desse «favor». Por isso as horas são «dadas». Se quando o patrão «precisa», «a gente colabora» é na condição de ele «não nos faltar» e de «não falhar nas obrigações». Por isso se fala em «colaboração» como reciprocidade e não como equivalendo a consentimento. Ela é sempre provisória («enquanto estiver lá de bem») e depende do desfecho de uma parada interessada («vamos ver como é que ele vai fazer»). Noutra sentença, também se diz que o patrão «meteu-o lá por favor» - e que desencoraja qualquer acto passível de ser visto como «mal agradecido». Contudo, para os agentes «implicados no jogo das trocas, os interesses que os movem permanecem



opacos – e esta é a condição do jogo –» (Sigaud 1996: 8) e tudo se passa como se a razão para a existência de conflitos estivesse na incapacidade ou na abdicação em cumprir com as obrigações enquanto «homem» e «artista» (ou patrão), tudo se esclarecendo, portanto, como uma questão de indignidade pessoal e moral («borrou-se», «não vale nada», «não é homem», «a palavra dele não tem valor nenhum»).

A «lógica de reprodução do capital de bondade» e de «confiança» vê-se ultimamente ameaça pelas alterações estruturais do sistema económico e pelas mudanças na correlação de forças interna à fábrica. A solidariedade coercivamente engendrada pelo jogo de interdependências («dei a palavra ao homem agora não lhe vou estar a falhar») torna-se mais improvável (havendo mesmo um patrão que a designou como mera «hipocrisia») e objectivamente supérflua a necessidade de «confiança» recíproca entre patrões e trabalhadores. A censura atinge também os desvios dos colegas: os «chibos», que se conformam «à vontade do patrão» e são «uns paus mandados»; os «armantes», que recusam ostensivamente o ideal espartano operário («não gosta do pó», «só tem manias e não é merda nenhuma», «não gosta de dobrar o fio») e a adesão aos princípios de visão e de apreciação do grupo («pensa que sabe tudo, não ouve ninguém», «é um nojento», «não fala para ninguém, deve estar rico»); os «malandros», que não gostam de «dobrar o garfo», «andam sempre a saltar de firma para firma»; os «carreções», indivíduos profissional e socialmente desqualificados e portadores de um capital simbólico negativo («má fama», «não tem nome nenhum») que actua na forma de estigma. Trata-se de um senso comum para «os que são da nossa laia» e que forma um sistema de arbitrários para decidir sobre o valor - enquanto custo e proveito - das práticas e representações quotidianamente accionadas e, na forma de antecipações práticas e de sentido de orientação pessoal incorporado, para sentir ou pressentir aquilo que tem hipóteses de advir ou de não advir e, inseparavelmente, de convir ou de não convir a um agente social ocupando determinada posição no espaço social.

A «vergonha» e o «atrapalhamento» são as manifestações de situações em que o sentido do lugar e, concomitantemente, os limites autorizados nas palavras e nos actos de cada agente social se encontram ameaçados (cf. Goffman 1956). É preciso «saber estar» «no seu sítio», «cumprir com as suas obrigações» e «quem não está bem que se mude». Quem «se estica» e «fala grosso» ou quem «falha», patrões ou trabalhadores, ultrapassa fronteiras de deferência investidas de carga emocional e moral, em actos descritos frequentemente na linguagem da profanação e da conspurcação como marcando uma ruptura definitiva («para mim acabou», «morreu», «não o olhei mais direito», «nem o posso ver à minha frente»). O sentimento de indignidade actua como uma «profecia que se auto-cumpre» em que «o medo se transforma em realidade» (Merton 1948: 210), reconstituindo quotidianamente as assimetrias de poder presentes nas condições sociais da sua produção através de posturas corporais e de discursos que atribuem coerência a essas desigualdades e que por inércia contribuem para as reafirmar. Esses «sentimentos colectivos de inferioridade» transmutam-se em processos de auto-exclusão social e de retracção remetidos à lógica das coisas e que evidenciam a acção de um efeito de destino («isto sempre foi assim», «sempre tenho que fazer e tenho não vale a pena estar a chatear-me»). O marceneiro que justifica o seu silêncio diante do patrão dizendo que «não sabe falar» («Ele [o gerente] chama-me burro e diz p`ra aprender primeiro a falar, antes de dizer alguma coisa...») e que termina o seu relato fornecendo a si próprio razões que reflectem essa imagem («não temos estudos nenhuns», «temos pouca cultura», «nós nem sabemos bem expressar-nos»), limitando-se a «encolher os ombros», demonstra a eficácia dos mecanismos interiorizados de deferência e «respeito para quem está a mandar». «A hexis corporal é uma maneira prática de experimentar e de exprimir o sentido que se tem (...) do próprio valor social» (Bourdieu 1979: 552). Outro marceneiro que, quando no momento de conversar com o gerente para discutir o fim iminente do seu contrato de trabalho, «enerva-se» e «atrapalha-se todo» a ponto de «nem conseguir falar» e de «ficar c`as lágrimas nos olhos», é a personificação das «barreiras à articulação» que se impõem ao discurso operário no momento de expressar articuladamente mesmo os seus interesses mais imediatos (cf. Charlesworth 2000). A inferioridade incorporada transmuta-se em metáforas corporais, grava-se na carne e nos ossos dos operários e demonstra-se sobretudo no estado prático.





## 2. Efeitos de lugar e sentido de si

O reconhecimento de uma ordem legítima inclui-se entre os «efeitos de lugar» da fábrica, resultantes dessas «surdas injunções e chamadas silenciosas à ordem das estruturas do espaço físico apropriado [que] são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e sistemas de preferências» (Bourdieu 2001b: 162). A «puta da vida» na fábrica organiza materialmente as condições da sua irrefutabilidade simbólica. A colusão corresponde ao cumprimento das condições que o espaço social exige tacitamente dos seus ocupantes e sustenta-se pelo envolvimento num processo de inculcação mais ou menos difusa de disposições e num sistema de «chamadas de atenção» implícitas («põe-te no teu lugar», «para de te armar», «isso é só para quem pode»), cuja eficácia está vinculada às práticas e condições económicas objectivas dominantes. Na fábrica, isto implica a naturalização de limites e distâncias do espaço social, remetendo os princípios de visão e de divisão dos agentes sociais para a ordem das coisas, ou mesmo a sua relativa dissolução pela convivência quotidiana como partilha de uma comunidade de destino («estamos todos para o mesmo»). Este «tendencial ajustamento de habitus» promove, no plano da sociabilidade, a «sub-reprodução generalizada» (Pinto 1981: 209) de um sistema de relações sociais que extravasa os estritos limites físicos da fábrica.

Na fábrica, os trabalhadores organizam-se frequentemente de modo a assegurar um «andamento» do processo de trabalho tolerável a seus olhos e aceitável para as chefias. Diligenciando o ajustamento das ordens recebidas para assegurar a sua viabilidade (reparando avarias, corrigindo ou ignorando os frequentes erros das fichas de produção, adoptando e sugerindo «truques» e «manhas» para superar dificuldades inesperadas e melhorar o trabalho, assegurando a ordem e a arrumação do material e das máquinas, incitando-se a um certo «lanço» no trabalho), procura-se assegurar margens de liberdade e uma autonomia mínimas que suspendam ou relaxem a dominação imposta pela administração. A definição de um ritmo «certinho» pretende evitar que se «faça merda» e que «nos andemos a matar» («a correr feitos malucos»). «Tens tempo! Deixa-te estar...». Fazer arrastar a conclusão de uma tarefa, ao «andar a coçá-los», «estar no paleio» ou «fugir para a casa de banho» por exemplo, permite adequar o trabalho ao estado de espírito e às capacidades físicas do trabalhador («9h40m “Isto tem que dar pelo menos até às 10. Tem calma, que nós temos tempo.”») A expressão «já te estás a adiantar às ordens» representava uma censura ou aviso a alguém que fazia mais do que lhe era pedido ou que se precipitava para fazer alguma coisa sem atender aos preparativos tidos por indispensáveis e, portanto, expondo-se ao erro quase certo. «Espera que te mandem»; «Nós não somos os patrões. Não temos que dizer nada.»

A resolução inter-pares de problemas e o controlo recíproco sem recurso às chefias («isto resolve-se entre nós», «fala-se com as pessoas», «fala-se pela frente» e não «pelos costas»), ao dissuadir a delação e evitar o controlo exógeno, permite escapar à hierarquia e fortalecer os laços pessoais entre companheiros. Aderindo-se à ética da frontalidade e do companheirismo, acaba por se facilitar a tarefa da gerência em assegurar um processo produtivo escorreito, relativamente célere e livre de erros. Os trabalhadores acabam por substituir parcialmente a vigilância das chefias (nem que seja para «manter as aparências», «só para inglês ver»), para conservarem o monopólio da «arte, ao não terem que recorrer a elas, manterem à distância o gerente («ele quando vem aí, é porque vem aí merda») e evitarem penalizações pessoais. Manter a autonomia obriga a assegurar a não interferência «de cima» mediante constantes «chamadas de atenção» e incentivos à aplicação na tarefa («trabalha p`rá frente», «vê se começas a fazer alguma coisinha», «vê se deixas de dormir», «já chega de paleio»). Assegurando a manutenção da integridade física e moral enquanto «gente» e a reafirmação de uma dignidade intimamente ligada ao «respeito» pela «arte» e pelo «artista», ao «orgulho» e à «vaidade» de «fazer a obra como deve ser», ao reconhecimento do «valor» e da «palavra», a ciosidade em vigiar o cumprimento destas regras tem um efeito perverso: desloca para a horizontalidade o conflito, pessoalizando-o.

Os «meios de defesa subterrânea» que constituem «a maior parte da vida política activa dos grupos subalternos têm sido ignorados porque decorrem frequentemente a um nível que raramente reconhecemos como político» (Scott 2006: 4). O domínio do «infra-político» engloba a generalidade dos ritos de inversão



simbólica e das táticas de reapropriação postas em prática, individual ou colectivamente, pelos operários na fábrica, que «exploram, experimentam e atacam constantemente os limites daquilo que é permitido» (Idem: 6). Os reportórios de acção colectivamente partilhados pelos operários no quadro da fábrica, apesar de não assumirem a forma de uma acção política elaborada e institucionalizada (ou seja, que não é explicitamente organizada e coordenada, nem se mune de meios escritos de comunicação e sistematização ideológica), não são desprezíveis enquanto formas elementares e expressões prismáticas da experiência de classe. Neste domínio, «a palavra é um selo» e «dar a palavra» equivale a um compromisso afectivo. Através delas é possível, no interior de estreitos limites, urdir retaliações ideológicas, justificar a adesão distanciada ao trabalho e à empresa, demarcar o plano do «nós» («como nós sabemos», «meia palavra basta»).

Na fábrica e em outros locais de acumulação relacional, três aspectos da «economia moral da multidão» (Thompson 1979: 80), quer dizer, os insultos, a ironia e os boatos, permitem o florescimento reticular e intersticial de significados alternativos. As ameaças retóricas, o humor intimidatório, os insultos hiperbolizados e as alcunhas grotescas aplicadas, mais ou menos dissimuladamente, às chefias, e sobretudo ao gerente, constituem uma reserva oral que afirma a honra e a coragem dos operários ao mesmo tempo que traça nítidos limites entre «nós» e «eles» – e noutros momentos entre «bons» e maus» colegas, profissionais ou homens – e evidencia a «justa medida» a partir da qual o controlo patronal passa a ser lido como um «abuso». A ironia e a contrafacção do sentido oficial permitem a inversão simbólica das relações de poder e a denúncia sub-reptícia da dominação, como quando se explora o contraste entre a ideia contida nas expressões «espírito da empresa», «certificação» e «política da qualidade» (frequentemente empregues pelo gerente e pela engenheira) com o estado de algum equipamento fabril e denunciando de forma anedótica ou caluniosa as vicissitudes públicas e privadas da administração. Os boatos e os rumores constituem uma outra componente desse depósito vernacular que circula clandestinamente, na forma de narrativas apócrifas, entre os trabalhadores. «Ouvi dizer», «contaram-me», «sabes a última puta?», «cheira-me a esturro»: fórmulas que se introduzem com frequência nas conversas quotidianas, na clandestinidade, na forma de «bufas», «piadas», «bocas». São postas a circular versões mais ou menos patéticas, mais ou menos fantasiadas do que acontece ou aconteceu na empresa, no café, ou no lar de colegas e chefes. O ridículo organizado cumpre uma função de restabelecer de forma eufemizada a organização social vigente. Embora revelem as incongruências da visão dominante da fábrica e do trabalho e contornem as injunções disciplinares da fábrica, raramente consolidam iniciativas que não sejam senão esporádicas. Até porque reúnem representações e acções que são frequentemente remetidas, inclusive pelos próprios dominados, para a esfera da ilegitimidade, da perversão e da inferioridade («somos uns grosseiros», «somos burros», «não sei as palavras certas, é assim que nós falamos aqui», «não tenho palavras mesmo para dizer o que ele é»).

A variante positiva da disputa competitiva do chão da fábrica pode revestir formas mais directas e intensas de confronto; inclusive, em casos extremos e excepcionais, a confrontação física ou a sabotagem do processo produtivo. Mais amiúde, passa pela recusa («dizer não, para ele não abusar», «mandá-lo foder», «impor-se») em adoptar a extensão da jornada de trabalho e o ritmo produtivo desejado pela gerência («mandava fazer mais depressa e eu fazia devagar, era mesmo para tripar»). Ou então «responder-lhe», «não se ficar», «soltar-lhe os cães». Mesmo que sejam duras as consequências para quem arrisca a insubordinação «de cara descoberta».

As condutas de dissimulação desdobram-se numa multiplicidade de acções de boicote, de falsa ignorância, de desresponsabilização, indolência deliberada e excesso de zelo. A força de trabalho, pese embora a ideologia do compromisso integral com o trabalho («o trabalho nunca trouxe nada de mau») e do mérito e saúde pelo trabalho, é volúvel e recalcitrante. O protesto pela ausência («não vir dar horas», «meter baixa», «ficar em casa») pode ser percebido como «fuga ao trabalho» mas também como demonstração de despeito. Não vir «à noite» (e «nem que ele me peça») é uma forma de protesto mudo. «Fazer-se esquecido» ou «falhar» ao trabalho quando é necessário «vir à noite» ou «vir mais cedo», mesmo depois de informado repetidamente ou após se ter confirmado, permite que «não nos chateiam mais» e tomar uma





posição («também há gente aí que prometeu muita coisa e depois não cumpriu»). «Se não reparam num homem quando ele trabalha bem, hão-de reparar quando ele trabalha mal.» A ignorância simulada, o dolo propositado e a desresponsabilização são meios de aliviar momentaneamente a pressão patronal ou justificar eventuais demoras (contando para isso com a propensão de algumas chefias a aceitar essa ineptidão como ingénita, como quando se «dava baile», «fio» ou «corda» é engenheira). «Não percebi», «esqueci-me», «não sei de nada» são modos de desembaraçar situações de constrangimento. Outro expediente é o de propositadamente cometer erros: «Isaías transportava displicentemente uma mesa. “Já tá uma partida. Deves tar a tentar fazer o mesmo a esta.” avisa-o Samuel. “Foi como com a ferragem. A engenheira tava sempre a chatear-me para ir para lá, peguei e misturei tudo. Ó vê se não funcionou? Ela nunca mais me chamou.” “O quê? Foste tu que misturaste a ferragem? Era quem te fodesse as beíças!” diz Samuel enquanto se ri.» (nota de campo de 6 de Março de 2007).

O excesso de zelo vira-se contra a própria empresa – e os trabalhadores sabem socorrer-se, quando lhes interessa, das regulamentações. «“Isto é para cortar.”, diz Samuel enquanto olha para uma pilha de placa. “Mas ele [Daniel] inda não disse nada... Espera aí. Eu vou lá perguntar-lhe.” Volta minutos depois para fazer o que já sabia.» (nota de campo de 19 de Janeiro de 2007). «Andar a empatar [o tempo]», «ver se o tempo passa», «fazer horas» engloba um conjunto de acções diversificado. Como a repetição exaustiva e o cumprimento escrupuloso de operações de limpeza, como varrer o chão, limpar a máquina ou a própria roupa. Ou a confirmação repetida das indicações dadas pelas fichas de produção até exasperar o encarregado. Ou ainda a conformidade estrita aos procedimentos de segurança num grau considerado, pelos trabalhadores e pelas chefias directas, como exagerado. Até mesmo pela demora na mudança de tarefas, aproveitando-se as transições para «inventar», e pela realização uma série de iniciativas de participação adulterada nas tarefas produtivas. Não passa é pela cabeça de ninguém dizer que se está «parado»; aliás essa postura é recriminada e fortemente desencorajada: «se fosse para tar quieto nem vinha trabalhar», «eu gosto de fazer o meu pa ninguém ter nada que me dizer», «ninguém me pode apontar nada». O excesso de zelo pode ser a rejeição disfarçada como aquiescência da normatividade empresarial. «Fazer como eles mandam» («quero que se fodam») é introduzir na sequência de trabalho interrupções ou trâmites acrescidos que atrasam o seu cumprimento (como quando se confirmam as medidas peça a peça, ao invés de confiar na precisão da máquina calibrada previamente à execução do trabalho). A obstinação («teimosia») repetidamente imputada pelas chefias aos operários pode, afinal, passar pelo estrito cumprimento de ordens e de normas – mesmo sabendo-se que a sua efectivação atrasa ou interrompe o normal funcionamento da empresa. «Não sou eu que mando»: a expressão remete, fazendo-a pesar como uma condenação, para a exclusividade do encargo de direcção do trabalho pelas chefias («Tu é que és encarregado, não sou eu. Não sabes esta merda? Tu é que devias saber...», «O encarregado que se desemmerde, isto é um problema dele»). A delegação do controlo, sem que deixem de ser necessários os mecanismos que por isso de ser imposta, transporta a remissão da responsabilidade e do compromisso com o sucesso do trabalho («não sei de nada»). Sob a aparência da aceitação e da resignação à subordinação, entrega-se o ónus da organização da produção às chefias, que, pressionadas e obrigadas a diligências permanentes de controlo, abeiram-se do esgotamento.

As práticas de re-apropriação podem resvalar para modos eufóricos de celebração ou de investimento pessoal na fábrica, correspondendo a concretizações festivas de ocupação, desocupação, re-ocupação e a demonstrações dramatizadas de indignação ou afirmação identitária. Temporal e espacialmente demarcadas, aflorando em manifestações mais ou menos espontâneas e episódicas de uma comunidade actuante, onde de forma provisória se restabelece uma unidade fragmentada do colectivo e se desafia abertamente a contenção, a coerção e o protocolo fabril. Os intervalos, ocupados normalmente com um lanche constituído por uma sandes ou uma peça de fruta, surgem como contraponto à rotina, pela recusa obstinada em abdicar desse «bocadinho». Estas interações encontram-se estruturadas por «tempos» e «temas» específicos e organizam-se conforme ao «sistema de posições» específico do grupo (cf. Roy 2006). Na fábrica, as conversas versavam normalmente sobre a trindade «carros, mulheres e futebol», na fórmula de um maquinista, mas frequentemente discutiam-se questões relacionadas com as novidades da



comunidade (como as festas populares) e, sobretudo, com as decisões da gerência que afectavam a realização de horas extraordinárias e o pagamento do salário. Desta forma, o intercâmbio constante de impressões permitia o ensaio de iniciativas colectivas, como a tentativa de boicotar a realização de horas extraordinárias, ou, mais frequentemente, a descompressão partilhada da irritação entre gargalhadas, o auto-rádio posto nas alturas, a conversa alarve e em voz alta, as anedotas e as adivinhas, os assobios e o cantarolar, o vinho e a cerveja. O álcool, em especial, actua como uma espécie de lubrificante social: estimula o convívio, «aquece» as conversas e constitui ele mesmo matéria para discussão em que todos são mais ou menos versados, compensando as privações de toda a semana como uma espécie de «desforra» ansiosamente aguardada. Fomenta as redes de solidariedade e promove os compromissos colectivos, como o sistema de alternância sobre quem trazia a garrafa de vinho do Porto e quem trazia o «sortido». Promove também a convivência entre pares; como quando se teve que «curá-la na fábrica» e se alega que algo «caiu mal» para assim camuflar a «borracheira».

O desgosto com o trabalho e com grupo inclina ao afastamento e à retracção («não me foda a cabeça», «quero lá saber», «põe-te a andar», «vai mesmo assim, se vier p`ra trás, azar!»). Pode incentivar a uma negligência que passa por «andar a coçá-los» e «fazer que se trabalha». Este trabalho de distanciação e de (auto-)restituição é uma componente do comportamento laboral e obriga-nos a repensar as concepções que reduzem o político a atitude previsíveis e reconhecidas (a manifestação, o protesto declarado, entre outras) ou a acções no quadro de estruturas organizadas e institucionais (principalmente partidos e sindicatos). Afirmar o «sentido de si» enquanto compensação pela sujeição a diferentes sistemas de controlo e de exploração e enquanto manifestação de rebelião e insatisfação face às intrusões patronais e colegiais na forma de «asperidades da individualidade no quotidiano», mostra como, sob a realidade colectiva do trabalho fabril, se oculta «a tentativa obstinada de se retirar para a solidão, de construir para si ritmos e ênfases pessoais» (Ludtke 1991: 77). Se a fábrica é uma «família» pode muito bem ser uma «família de cães». O grupo operário realmente existente afasta-se de concepções romantizadas. A sua consistência forma-se e reforça-se no âmbito de um regime de fábrica duro e hostil, em condições sociais de rarefacção e fragilidade de capitais. Se não forem lidas neste contexto, as práticas colectivas operárias correm o risco de ser interpretadas como mesquinhas, infames, gratuitas ou pusilânimes. O grupo é um espaço de entreajuda mas de também intrusão. A distância entre ambas é muito curta. Daí que surjam, mais ou menos ostensivamente, formas de auto-isolamento face às investidas e intromissões dos colegas. As censuras à violação do *ethos* relativamente consolidado do grupo, dos seus «vícios» transfigurados em virtudes e, como a palavra indica, em destacados atributos de masculinidade, são mordazes e até ferozes. A vontade de descomprometimento relativamente às intrusões coercivas das chefias e às solicitações contínuas dos colegas é o negativo dessas práticas de convivialidade, fortemente apoiadas na masculinidade e nesse «capital guerreiro» que é o corpo e a violência física, e da valorização da «arte», geradora de investimento pessoal e produtora de satisfações não exclusivamente económicas no trabalho.

## Bibliografia

- BAKHTINE, Mikhail (2001) – *Esthétique et théorie du roman*, Paris, Gallimard. ISBN 2-07-071104-8
- BENVENISTE, Émile (1969) – *Le vocabulaire des institutions indo-européennes. 1. économie, parenté, société*, Paris, Les Editions de Minuit. ISBN 2-7073-0050
- BOURDIEU, Pierre (1979) – *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Editions de Minuit. ISBN 2-7073-0275-9
- BOURDIEU, Pierre (1989) – *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre (2001) – *As estruturas sociais da economia*, Lisboa, Instituto Piaget. ISBN 972-771-469-2



- BOURDIEU, Pierre (2001b) – *Effects de lieu*, Pierre Bourdieu (coord.), “La misère du monde”, Paris, Editions du Seuil, pp.160-168.
- BURAWOY, Michael (1985) – *The politics of production*, London, Verso. ISBN 0-86091-096-2
- BURAWOY, Michael (1989) – *El consentimiento en la produccion*, Madrid, Publicaciones Ministerio del Trabajo y Seguridad Social. ISBN 84-7434-566-9
- CHARLESWORTH, Simon (2000) – *A phenomenology of working class experience*, Cambridge, Cambridge University Press. ISBN 0-521-65915-9
- DOUGLAS, Mary (1996) – *Pureza e perigo*, Lisboa, Edições 70. ISBN 972-44-0794-2
- ELIAS, Norbert (1987) – *A sociedade de corte*, Lisboa, Editorial Estampa.
- GOFFMAN, Erving (1956) – *Embarassement and social organization*, The American Journal of Sociology, 62(3), pp.264-271.
- LOPES, J. Sérgio Leite (1976) – *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar.*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LUDTKE, Alf (1991) – *La domination au quotidien. “Sens de soi” et individualité des travailleurs avant et après 1933 en Allemagne*, Politix, 4(13), pp.68-78.
- MARX, Karl (1971) – *Un chapitre inédit du Capital*, Paris, Union Générale d’Éditions.
- MERTON, Robert K. (1948) – *The self-fulfilling prophecy*, Antioch Review, 8(2), pp.193-210.
- MONTGOMERY, David (1985) – *El control obrero en Estados Unidos*, Madrid, Publicaciones Ministerio del Trabajo y Seguridad Social. ISBN 84-7434-388-0
- PIALOUX, Michel (1984) – *Chronique Peugeot*, I, Actes de la recherche en Sciences Sociales, 52(1), pp.88-95.
- PIALOUX, Michel (1985) – *Chronique Peugeot*, III, Actes de la recherche en Sciences Sociales, 57(1), pp.108-128.
- PINTO, José Madureira (1981) – *Solidariedades de vizinhança e oposições de classe em meio rural*, Análise Social, 17(66), 2.º, pp.199-229.
- ROY, Donald (2006) – “*L’heure de la banana*” – *La satisfaction dans le travail et l’interaction libre*, “Un sociologue à l’usine”, Paris, La Découverte, pp.155-187. ISBN 2-7071-4584-X
- SCOTT, John C. (2006) – *L’infra-politique des groupes subalterns*, Vacarme, 36, 8pp. (consultado em linha <http://www.vacarme.eu.org/article675.html>).
- SIGAUD, Lygia (1996) – *Direito e coerção moral no mundo dos engenhos*, Revista Estudos Históricos, 18, pp.1-29.
- THOMPSON, Edward P. (1979) – *La economia moral de la multitude en la Inglaterra del siglo XVIII*, “Tradiccion, revuelta y consciencia de case”, Barcelona, Editorial Critica, pp.62-134, 3.ª edição. ISBN 84-7423-093-4
- WACQUANT, Loic (1998) – *The prizefighter’s three bodies*, Ethnos, 63(3), pp.325-352.